



Engenheiros aprovam acordo com a Cemig

Em Assembléia Geral realizada no dia 12 de novembro, engenheiros e engenheiras da Cemig aprovaram a contra-proposta feita pela empresa para o Acordo Coletivo de Trabalho de 2007/2008. Estavam presentes cerca de 550 pessoas e 80% votaram a favor da proposta, que tem como principal ponto o pagamento de 6,4 remunerações pelo fim da gratificação (Maria Rosa) para os futuros contratados da empresa. A aprovação da proposta culminou um difícil processo de negociação onde foram destaques a intransigência da empresa e as gigantescas pressões sobre

os trabalhadores que foram compelidos a um acordo que investe sobre direitos adquiridos, com a oferta de vantagens econômicas imediatas. O Senge Minas Gerais, desde o início da campanha salarial, manifestou o seu repúdio a mais esta investida e alertou os engenheiros e engenheiras do significado de mais uma exclusão de direitos adquiridos. Porém, respeita a decisão da categoria, mas lamenta e protesta pela forma como a empresa se comportou em todo o processo de negociação. Veja mais sobre as negociações na Cemig na página 3.

Negociações concluídas

O Sindicato concluiu negociações coletivas que afetam os engenheiros e engenheiras de importantes segmentos produtivos. Com a Federação da Indústria de Minas Gerais, os acordos celebrados beneficiam os engenheiros das empresas metalúrgicas de Belo Horizonte, Contagem e Betim, com reajuste de 7,5%. Já os engenheiros da construção civil podem comemorar o reajuste de 8,5% a partir de 1º de novembro, um dos maiores índices conquistados em negociações neste segundo semestre. No dia 31 de outubro os engenheiros da Companhia Vale do Rio Doce aprovaram a contra-proposta da empresa e deram sinal verde para a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho com vigência até 2009. Mais detalhes nas páginas 2 e 8.

Conselho de Desenvolvimento

Durante a 3ª Conferência Estadual das Cidades de Minas Gerais foram eleitos os 25 integrantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. O presidente do Senge Minas Gerais, Nilo Sérgio Gomes fará parte do Conselho no período de 2008 a 2011. O Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano e Política Urbana foi criado pela Lei Delegada nº 119 de 27 de janeiro de 2007 e faz parte da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru). Tem atuação importante no processo de institucionalização de uma política de desenvolvimento urbano-regional participativa no Governo do Estado. Veja mais sobre o Conselho e a 3ª Conferência, na página 5.

Nova diretoria toma posse

No dia 7 de novembro, tomou posse a nova diretoria do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais. A Chapa Unidade, única concorrente ao pleito, foi eleita nas eleições realizadas entre os dias 26 e 28 de setembro, com a participação de 648 engenheiros, e vai comandar o Sindicato pelos próximos três anos. Entre as prioridades estão a intensificação da luta pelo salário mínimo profissional e a ampliação das negociações das campanhas salariais da categoria. Todos os engenheiros estão convidados para a posse solene que acontece no dia 30 de novembro. As presenças devem ser confirmadas pelo telefone (31) 3271-7355. Veja nas páginas 2 e 5 as prioridades desta nova gestão.

Democracia e participação

O Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais está sob nova gestão. Em 7 de novembro passado, tomou posse a diretoria que comandará os destinos da instituição pelos próximos três anos, culminando um processo democrático que começou em maio de 2007 com a publicação do edital de convocação das eleições e que teve o seu ponto alto na votação realizada nos dias 26, 27 e 28 de setembro, com o comparecimento expressivo dos associados do Sindicato.

A diretoria eleita é resultado de um amplo trabalho de construção democrática e representa, de forma inequívoca, a maioria dos segmentos da engenharia e das correntes de pensamento político-sin-

dical. São mais de 60 engenheiros e engenheiras que se unem aos objetivos de aprofundar as conquistas da categoria e construir um Sindicato cada vez mais plural, democrático e participativo.

Avaliamos como muito positiva a gestão que se encerrou. Com transparência e participação foi implantado um modelo de gestão eficiente que aperfeiçoou a estrutura do Sindicato e garantiu um melhor atendimento aos associados, seja nos serviços de assessoria jurídica, seja no plano de saúde, nas campanhas salariais ou na luta pelo Salário Mínimo Profissional. Aos ex-diretores, manifestamos o nosso reconhecimento pelo trabalho realizado e os convocamos para que continuem emprestando as suas ex-

periências e entusiasmos à nossa causa.

Agora, necessitamos avançar e ampliar ainda mais a participação dos sindicalizados na gestão do Senge, radicalizar a democracia em nossas estruturas, para que mais pessoas se envolvam nas tarefas do Sindicato. Novas pessoas e novas idéias estarão contribuindo nesta gestão para responder aos novos desafios e criar um projeto que esteja em sintonia com os interesses da nossa categoria.

A nova diretoria assume o desafio de elaborar um projeto que tenha dois elementos centrais. O primeiro é aprofundar o entendimento sobre os principais temas da atualidade brasileira e, junto com a categoria, posicionar-se de for-

ma clara e responsável em favor dos interesses dos engenheiros e dos trabalhadores. O segundo desafio é ampliar a luta, reforçar a estratégia em defesa dos direitos da categoria e, sobretudo, buscar o aprofundamento destes direitos.

O sucesso de nossas lutas somente será completo se caminharmos juntos, por isso esta nova gestão é a da participação e da democracia. O Sindicato não pertence a nenhum grupo, ele pertence a todos nós e, por isso, deve ser a expressão de nossa vontade coletiva. Estamos abertos à sua opinião e queremos que você se some a nós, não apenas nos apoiando, mas, sobretudo, se comprometendo com a construção de nosso Sindicato.

Engenheiros da construção civil têm reajuste de 8,5%



8,5% a partir de primeiro de novembro. Este foi o principal avanço nas negociações coletivas com

o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Minas Gerais. Com a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2007/2008, este será o índice do reajuste a ser aplicado aos salários de outubro. Sem dúvida, foi uma grande conquista para os engenheiros da Construção Civil, que podem comemorar um dos maiores índices de reajustes entre as categorias com negociações no segundo semestre deste ano. O aumento real, descontada a inflação do período, foi de 3,6%. A convenção coletiva dos trabalhadores da construção civil foi assinada no início de novembro e finalizou o período de negociações entre a categoria e o Sin-

discon (Sindicato da Indústria da Construção Civil).

Esta conquista foi possível graças ao aquecimento do setor. Ao que tudo indica, o crescimento da economia brasileira finalmente chegou à construção civil. O mercado imobiliário vive um momento de grande expansão e há expectativa de grandes investimentos em habitação e infra-estrutura urbana. A demanda também está sendo estimulada pela ampliação do crédito e pela queda de juros.

Por tudo isso, o momento também é de avançar. Buscar novas conquistas que melhorem ainda mais as nossas condições de trabalho e vida. O Acordo prevê negociações, no decorrer do ano, para o estabelecimento de regras sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), revisão dos valores do Seguro de Vida em Grupo e acompanhamento do Sindicato nas fiscalizações da Delegacia

Regional do Trabalho (DRT). É uma pauta importante e o sucesso das negociações vai depender da mobilização e participação da categoria.

Em breve estaremos divulgan-

do o calendário das reuniões e convocando a categoria para a construção da nossa pauta de reivindicações. A sua participação é fundamental. Os avanços e conquistas dependem de você!

Fechado acordo com a FIEMG

A campanha salarial dos trabalhadores das empresas representadas pela Fiemg chegou ao fim. A convenção coletiva foi fechada no dia 04 de outubro e os sindicatos conseguiram 7,5% de reajuste, um dos maiores do país. Além disso, o acordo garante, entre outras coisas, que as empresas que não oferecem Plano de Participação nos Resultados ou Lucros devem pagar aos trabalhadores 30% sobre o valor dos salários no-

minais. Já as empresas que possuem tal plano deverão completar os valores de acordo com o reajuste previsto. Além disso, as reivindicações apresentadas na pauta encaminhada pelo Senge, como a homologação das rescisões e a entrega da relação de empregados sindicalizados quando for solicitado pelo sindicato, foram atendidas. Já foram assinados os acordos referentes às bases de Belo Horizonte, Contagem e Betim.

Aprovado o acordo coletivo com a Cemig

A contra-proposta feita pela Cemig às reivindicações dos trabalhadores foi aprovada pelos engenheiros e engenheiras que estiveram presentes - cerca de 550 pessoas - em Assembléia realizada pelo Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG), no dia 12 de novembro. Pelo menos 80% dos participantes votaram, de maneira aberta, a favor da proposta por meio de cartões verdes distribuídos pelo Sindicato.

Algumas alterações foram feitas na proposta apresentada no primeiro momento pela empresa, entre elas um avanço na discussão da carreira técnica paralela e do Plano de Cargos e Remunerações (PCR). Além disso, a Cemig propôs uma alternativa para cumprir a lei do salário mínimo profissional da categoria e ofereceu a opção de transformar em linear parte da PRE (Participação nos

Resultados Extraordinária). Na primeira proposta, a empresa prometia 6,4 remunerações proporcionais ao salário. Na alternativa apresentada, a distribuição é a seguinte: 6,0 remunerações proporcionais ao salário e 0,4 (ou 40%) de remuneração linear. Esse valor é calculado em cima da remuneração média da Cemig que é de R\$ 4.600.

O reajuste salarial oferecido também foi revisto. Inicialmente, a estatal ofereceu 4,7% de aumento. Na proposta aprovada esse valor ficou em 5%. O corte da Maria Rosa para os engenheiros que serão futuramente contratados foi um aspecto negativo da proposta que foi mantido. "A aprovação do acordo na Cemig foi fruto da vontade coletiva dos engenheiros. Agora, uma negociação envolvendo a retirada de um direito que está no acordo coletivo para os



Momento de resistência: Assembléia rejeita a primeira proposta da Cemig

futuros trabalhadores é uma decisão espinhosa", avalia Nilo Sérgio Gomes, presidente do Senge.

Um acordo fechado com base nas negociações, no entanto, envolve perdas, mas também ganhos. De acordo com Nilo Sérgio, se os engenheiros se mobilizarem, podem ganhar muito. "Eles poderão conseguir, por exemplo, um plano de cargos e remuneração bem melhor, uma carreira técnica paralela e, até mesmo, fazer uma pós-graduação com a empresa financiando 50%", lembra.

Negociações difíceis e tensas

A primeira rodada de negociações ocorreu no dia nove de outubro e dela participaram os trabalhadores, representados pelo Senge e pelo Sindieleiro, e o Comitê de Ne-

gociações da Cemig. A pauta da campanha salarial 2007/2008 foi unificada com a de outras categorias e as negociações aconteceram em conjunto com o Sindieleiro. No dia 17 de outubro a Cemig respondeu às reivindicações de forma insatisfatória para a maioria dos trabalhadores.

Em Assembléia promovida no dia 23, na sede da Cemig, que contou com mais de 500 pessoas, os engenheiros e engenheiras rejeitaram a proposta. Ela foi rejeitada novamente em uma segunda votação e, depois de uma paralisação de 48 horas dos trabalhadores, a empresa aumentou a pressão. No dia 31 de outubro, entrou com um pedido de dissídio coletivo pressionando os sindicatos envolvidos nas negociações a aprovarem a sua proposta.



Nilo Sérgio defendeu a posição do Sindicato pela rejeição da proposta da empresa

Avanço sobre direitos

Mais uma vez a Cemig avança sobre os direitos e conquistas de seus trabalhadores. Primeiro foi a compra do anuênio. Agora é a vez da "Maria Rosa". Com o pagamento de 6,4 remunerações extras aos atuais empregados, os futuros trabalhadores da empresa estarão privados deste direito.

O Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais, desde o início da campanha salarial, manifestou o seu repúdio a mais esta investida e alertou os engenheiros e engenheiras do significado de mais uma exclusão de direitos adquiridos. Não temos dúvidas de que, em fu-

turo bem próximo, quando existirem na empresa duas categorias de trabalhadores, uns com anuênio e Maria Rosa e outros sem estas conquistas, a empresa vai comparar o custo de cada um e sabemos bem como essa história termina.

Outras investidas certamente virão. Em 2008 e nos próximos anos, a empresa certamente buscará comprar direitos usando o fascínio irresistível das remunerações extras. E não temos dúvidas de que quando não houver mais direitos a serem vendidos, a empresa poderá descartar os empregados que ainda os possuem. Isto sem falar nas repercus-

sões da diminuição das remunerações sobre o Prosaúde e a consequente exclusão de aposentados e pensionistas por não conseguirem pagar.

O Sindicato respeita a decisão dos engenheiros e engenheiras, mas lamenta e protesta pela forma como aconteceu. Em todo o processo, as pressões da empresa sobre os trabalhadores e trabalhadoras minaram qualquer resistência. Diante das circunstâncias, aceitar a oferta e avançar em alguns pontos do acordo coletivo foi sem dúvida a estratégia que restou. Nossa expectativa é de que em futuro próximo os tra-

balhadores da empresa se mobilizem e encontrem forças para manter os direitos conquistados ao longo dos anos.

Entendemos que esta foi apenas uma batalha e outras haveremos de enfrentar. Os engenheiros e engenheiras precisam estar unidos e mobilizados em torno de sua entidade sindical. Aqueles que entendem que o Senge deveria ter permanecido por mais tempo na campanha salarial não devem se afastar, pelo contrário, será a sua presença e participação nas próximas campanhas que irão garantir à direção o fôlego e a representatividade necessários.

QUALIFICAÇÃO ESPECIAL

Fidelidade que valeu a pena

Os 19 anos de filiação ao Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge MG) do engenheiro geólogo Marcos Tadeu Vaz Melo, 68 anos, valeram a pena. Ele foi o sócio premiado com a viagem para o Salão Internacional da Construção – BATIMAT/2007 – que aconteceu entre os dias 5 e 10 de novembro em Paris, França. Para concorrer à viagem, o sócio precisava estar em dia com a anuidade social e ter votado nas eleições do Senge, que ocorreram no final de setembro.

Com planos, inicialmente, de se tornar um arquiteto, Marcos Tadeu descobriu que não tinha tendência para a profissão em um teste vocacional realizado no “terceiro ano científico”, em 1957. Segundo ele, os testes indicaram que não possuía visão espacial. Assim, um outro ramo de atuação se abriu diante dele. “Os testes apontaram para engenharia agrônoma, engenharia geológica, ciências naturais, ciências da terra e geografia. Assim, me tornei um engenheiro geólogo”, conta ele, que se formou pela Escola de Minas, conhecida hoje como Universidade Federal de Ouro Preto.

Formado em 1962, Marcos Tadeu conseguiu seu primeiro emprego em uma empresa chamada Ge-

osol (Geologia e Sondagens Ltda), onde trabalhou de 1963 a 1969. Depois foi trabalhar para a Companhia Vale do Rio Doce de onde foi transferido após 5 anos para uma subsidiária da Vale, a Docegeo, que fazia pesquisas geológicas para a empresa e nela ficou até sua aposentadoria. Sócio do Senge há mais de 20 anos, o engenheiro afirma que sempre achou importante fazer parte das entidades trabalhistas - ele é associado ao Senge, ao Sindicato dos Geólogos e faz parte da Sociedade Mineira de Engenheiros. “Ser sindicalizado tem muitas vantagens, como os convênios médicos e odontológicos. Valeu a pena”, considera.

Marcos Tadeu conta que sempre acompanhou as atividades do Sindicato de Engenheiros. “Sempre estive atento e me informei pelas publicações do Senge, como os panfletos e o jornal. Participei, inclusive, de algumas campanhas da geologia com o Senge, quando ainda não existia o sindicato dos geólogos”. Para ele, a atuação mais expressiva do Sindicato se deu durante a Ditadura Militar, em que houve a luta pela redemocratização do país. Como sugestão para a nova diretoria que vai assumir o Sindicato em novembro, Marcus Tadeu pede por um



A assessora do Sindicato, Dirlene Trindade, faz a entrega da passagem ao engº Marcus Tadeu.

maior trabalho pela integração dos engenheiros.

Sobre o prêmio, inicialmente, Marcus não acreditou que ganhara a viagem. “Primeiro eu pensei que fosse um trote. Recebi a notificação às sete horas da noite de quinta-feira. Eles me pediram para que rapidamente estivesse aqui na sexta-feira. Mas, como eu achei que fosse trote, fui para a fazenda na sexta-feira”, lembra ele, entre risos.

Marcos Tadeu revela que não sabia da promoção e que votou porque sempre participou das eleições do Senge. “Esse ano, inclusive, eu votei por correspondência”.

Bem sucedido como geólogo, Marcos Tadeu dá uma dica para os profissionais que estão se formando e ingressando no mercado de trabalho. “Sejam filiados do Senge, é muito importante você ser sindicalizado como eu sempre fui”, finaliza ele.

ANUIDADE SOCIAL PREMIADA

Contemplados recebem os prêmios

O Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge MG) entregou os prêmios para os três associados sorteados da Anuidade Social de 2007. Para participar do sorteio, era necessário ter quitado o pagamento da contribuição até o dia 24 de agosto. José Henrique Dias Cardoso, engenheiro aposentado de Juiz de Fora foi o ganhador do notebook com o programa Intellicad instalado. Ele recebeu o prêmio através da diretoria do Senge MG – Regional Zona da Mata.

Gustavo José Pereira, sócio desde 1992, recebeu o GPS veicular das mãos do presidente do Sindicato, Nilo Sérgio Gomes, e elogiou a iniciativa do Senge. “Foi uma boa idéia, muito interessante. Para mim, não fez muita diferença por-

que sempre paguei a anuidade em dia, mas adorei, foi maravilhoso ganhar”, disse. O terceiro prêmio foi entregue à Flávio Antônio Jorge Daguer, contemplado com o Smartphone Palm.

A anuidade social premiada é

uma maneira de retribuir a fidelidade dos associados e também de estimular a participação e contribuição. A taxa não tem caráter de imposto e não é cobrada de engenheiros desempregados. Dos aposentados é cobrada apenas a metade do

valor. Pagando a anuidade social, o engenheiro garante os direitos trabalhistas, a assistência jurídica e cursos de atualização profissional, além de acesso a planos de saúde e de assistência odontológica oferecidos pelo Sindicato.



Os diretores da Regional Zona da Mata fazem a entrega do notebook ao engº José Henrique Dias Cardoso.



O presidente do Senge, Nilo Sérgio Gomes, entrega o GPS ao engº Gustavo José Pereira.

Nova diretoria elege prioridades

Em manifestação democrática, engenheiros e engenheiras elegeram a nova direção do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG). Entre votos válidos e não válidos, as eleições realizadas entre os dias 26 e 28 de setembro, computaram a participação de 648 engenheiros. O número de sufrágios garantiu a eleição da chapa Unidade para comandar o sindicato pelos próximos três anos e a nova diretoria chega com muitas promessas e novas idéias para aprimorar o trabalho pelos engenheiros.

Para o próximo mandato, está prevista a intensificação da luta pelo salário mínimo profissional e a ampliação das negociações das campanhas salariais da categoria. O presidente do Sindicato, Nilo Sérgio Gomes, reforça tais propostas. "Vamos fazer uma defesa intransigente em relação à questão do piso salarial para os engenheiros. Essa é uma lei histórica que tem que ser respeitada. E também vamos ter um compromisso muito grande com a nossa participação efetiva nas negociações coletivas", afirma.

O Senge pretende, ainda, estreitar os laços com os estudantes de engenharia, novos profissionais e com os movimentos sociais e tem planos para interiorizar sua atuação pelo Estado. "A efetivação da regionalização do Sindicato se dará através do entendimento e do conhecimento dos profissionais dessas regionais e da participação dos respectivos diretores em cada local de trabalho", espera Raul Otávio da Silva Pereira, secretário geral do Sindicato.

O diretor de Interiorização, Paulo Henrique Francisco dos Santos, explica que a interiorização da atuação do Senge MG será feita por meio de ações que estendam a presença do sindicato ao maior número de municípios possível. O trabalho inicial será feito através das regionais. Uma das prioridades dessa proposta é trabalhar para conseguir atrair engenheiros para as cidades do interior, uma vez que faltam profissionais especializados. "O emprego longe das grandes cidades é muito desvalorizado. Por isso, pretendemos promover a valorização da figura do engenheiro e lutar pelo respeito ao salário mínimo profissional da categoria para estimular a procura por postos de trabalho nos municípios menores", conta Paulo Henrique.

Nilo Sérgio levanta, ainda, a necessidade de alterar ou criar um novo estatuto que defina, com clareza, quais são as atribuições e de que forma as regionais devem funcionar. A nova diretoria estuda, também, a possibilidade de aquisição ou construção de uma sede própria, que conte com a infra-estrutura adequada para atender aos associados. O investimento na qualificação profissional dos engenheiros, com o oferecimento de cursos e espaços para a execução de trabalhos, é outra meta para o novo mandato.

Representação

A participação dos associados do Senge MG no processo eleitoral mostrou uma maior preocupação dos engenheiros com a sua representação sindical. Mesmo com chapa única, foi signifi-

ficativa a participação dos associados. Para Raul Otávio, o resultado foi satisfatório. "Um processo chapa única pode acarretar eventualmente um desinteresse pela participação, mas tivemos o interesse de quase 60% dos associados mesmo assim. Isso é um sinal de que os engenheiros tiveram maturidade para escolher aquelas pessoas que vão dirigir o sindicato nos próximos três anos", acredita.

Nilo Sérgio garante que a nova diretoria não vai decepcionar seus eleitores. "Vamos continuar trabalhando para que os engenheiros possam olhar para esse sindicato com confiança e dizer que aqui existe uma entidade que está firme no propósito de defender os interesses coletivos e individuais dos engenheiros."

Planos

Faz parte do projeto da nova diretoria, segundo Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade, vice-presidente do Senge, resgatar os valores básicos do estatuto do sindicato. "Defender a luta e a organização sindical perante a sociedade, o Estado e, principalmente, os patrões e promover ampla e ativa solidariedade com as demais categorias de assalariados estão entre estes valores", diz Vicente. Fortalecer a organização sindical livremente constituída, lutar em defesa das liberdades constitucionais e prestar apoio aos povos do mundo na luta pelo fim da exploração do homem pelo homem são outros conceitos básicos que deverão ser colocados em prática na nova gestão.

De acordo com Vicente, o objetivo desse novo projeto "é ampliar a atuação do Senge, na vida política do País, tornando-o referência, não somente entre os profissionais da categoria, mas também entre os movimentos sociais e os setores organizados da sociedade".

O vice-presidente destaca, ainda, que os aspectos do novo projeto estão focados no pensamento e nas decisões democráticas e lembra, também, que o Senge vai ser modernizado nessa nova gestão. "Na área Cibernética já estamos em processo de teste de um sistema informatizado, desenvolvido em Software Livre, que será conectado ao novo portal do Senge, ampliando a comunicação - via web - da entidade com os profissionais", explica Vicente.



Defesa do Salário Mínimo Profissional é prioridade para o presidente Nilo Sérgio Gomes.



O secretário geral Raul Otávio defende a efetiva regionalização do Sindicato.



Para o vice-presidente Vicente Trindade é preciso ampliar a atuação do Senge na vida política do país.



Votação e apuração dos votos que elegeram a Chapa Unidade



Seminário debate políticas para resíduos sólidos

Foi realizado, no dia 18 de outubro, o Seminário Sobre Resíduos Sólidos Urbanos. O evento foi organizado pelo CREA-MG, em parceria com o Senge MG e com o Confea, e discutiu políticas públicas e tecnologias para serem aplicadas na área de saneamento ambiental. O seminário contou com a participação de mais de 300 pessoas, entre profissionais, técnicos, representantes de prefeituras, catadores de lixo e outras.

Na ocasião foram discutidos temas como os recursos disponíveis para municípios com até 50 mil habitantes e também a experiência de sucesso da coleta seletiva realizada em Londrina, no Paraná. Esta última teve grande êxito por incluir os catadores no processo. "Todo o trabalho que eles fizeram em Londrina foi realizado para que os catadores se profissionalizassem e para que a população compreendesse a importância desses profissionais na gestão dos resíduos sólidos na área urbana", afirmou a engenheira civil e sanitária Izabel Cristina Chiodi.

O pano de fundo do seminário foi a discussão em torno de altera-



ções na lei do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ecológico. A conclusão a que os participantes chegaram foi de que a lei precisa ser alterada para beneficiar municípios que praticam a coleta seletiva, a compostagem e incluem catadores e/ou outras pessoas que possuam planos de gerenciamento para os resíduos que produzirem.

De acordo com a engenheira Cláudia Julio Ribeiro, coordenadora da Frente Estadual pelo Saneamento Ambiental (Fesa), o próximo passo é encaminhar as propostas de

alteração da lei para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais e enviar para o governo federal a moção contra os cortes na área de resíduos. Sobre a possibilidade de novos eventos na área, a engenheira adiantou que há um planejamento em curso para capacitação dos profissionais em operação de sistemas de saneamento, para 2008 e levantou a hipótese da realização de um seminário internacional sobre resíduos.

ICMS ecológico

O ICMS Ecológico é baseado

em um novo critério de distribuição para o ICMS, imposto estadual que constitui uma fonte importante de renda para os municípios, que é amparado em parâmetros ambientais. Em Minas Gerais ele foi definido pela lei n.º 12.040, de 1995. A idéia é premiar municípios que investirem em saneamento ambiental, por exemplo, ou compensar os que sofrem restrições de ocupação e uso de seus territórios por causa da presença de áreas de preservação ambiental. O ICMS ecológico tem duas funções, portanto. Ele estimula os municípios a adotarem posturas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável e recompensa as cidades que possuem áreas protegidas em seus territórios.

Resíduos sólidos, do ponto de vista técnico, são todos os materiais produzidos nas residências, fábricas, comércio e hospitais que não são aproveitados no local em que são gerados. São resíduos, portanto, desde o chamado lixo até os materiais que são jogados fora, mas que poderiam ser reutilizados ou reciclados.

Concessões com pedágios mais baratos

1997. Sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, é realizada a primeira rodada de privatizações de rodovias em São Paulo. 2007. O governo Lula realiza a segunda etapa do processo, porém, de maneira diferente. Ao contrário da forma utilizada por FHC, que concedeu as concessões ao consórcio que ofereceu melhor remuneração ao Estado, o leilão do dia 9 de outubro passado privilegiou o consórcio que ofereceu as menores tarifas de pedágio.

A mudança no modelo das privatizações criou controvérsias, além de reacender o debate em torno dos diferentes valores pagos em pedágios em rodovias por todo o país. Para alguns especialistas, uma tarifa pequena só trará vantagens se acarretar investimentos para a melhoria das estradas. Segundo eles, o preço baixo dos pedágios vai exigir que o governo firme parcerias com as concessionárias para investir em trechos não

muito atrativos. Eles consideram o modelo de curto prazo e desfavorável para o desenvolvimento de outros setores como ferroviário e hidroviário, uma vez que não haverá repasse de uma parte dos valores cobrados pelas empresas para o Estado. O governo, no entanto, prevê investimentos de R\$ 19,5 bilhões em estradas.

O preço pago pelos motoristas em pedágios pelo país, no entanto, coloca em cheque o modelo de 1997. Neste, o preço por quilômetro nas rodovias privatizadas é, em média, R\$ 0,123. Já no novo modelo, esse valor cai para R\$ 0,022. No Rio de Janeiro, em alguns trechos, o viajante tem que pagar R\$



1,03 a cada dez quilômetros rodados. No Rio Grande do Sul, o preço para distância equivalente é de R\$ 0,35. Outra questão polêmica são as taxas de retorno das concessionárias, ou seja, as taxas de lucro garantidas nos primeiros contratos, que estão entre 17% e 24%. Os valores são excessivos e denunciam um desequilíbrio eco-

nômico-financeiro nos contratos de concessão. Para as novas concessões, a rentabilidade anual foi fixada em 8,95%, de acordo com determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Entre as rodovias leiloadas em outubro, está o trecho BR-381/Fernão Dias que liga Belo Horizonte e São Paulo. O pedágio proposto no leilão não chegou a R\$ 1,00, o que caracterizou um deságio de mais de 65% em relação à tarifa máxima fixada para o leilão. Responsável pelo trecho a partir de agora, a empresa espanhola OHL foi a grande vencedora do leilão, conquistando as concessões de mais quatro estradas e ficando com cinco dos sete trechos leiloados. As empresas ganhadoras vão ter que investir nas rodovias e poderão explorá-las durante 25 anos por meio da cobrança de pedágios. A quantia arrecadada, no entanto, não será mais dividida com o governo federal.

3ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES

Minas define propostas para encontro nacional

Onze propostas prioritárias foram aprovadas e os 122 delegados que representarão Minas Gerais foram eleitos na etapa estadual da Conferência das Cidades, realizada nos dias 17, 18 e 19 de setembro, no Sesc Venda Nova, em Belo Horizonte. O encontro foi uma etapa preparatória para a Conferência Nacional das Cidades que vai acontecer em Brasília entre os dias 25 e 29 de novembro. No encontro nacional, as propostas serão apresentadas ao Governo federal para servirem de base para a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Entre as sugestões escolhidas está a implantação de escolas em horário integral e profissionalizante, de acordo com a vocação regional, e a incorporação de temáticas como cidadania, meio ambiente e políticas urbanas ao currículo. Além disso, foram propostas a criação de programas de financiamento público de habitações populares e a criação e transformação dos conselhos municipais, estaduais e

nacionais em conselhos deliberativos, propositivos e fiscalizadores.

O Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge MG) participou da etapa estadual da Conferência atuando na plenária relativa a intervenções e integração de políticas urbanas. Além disso, elegeu os engenheiros Waldyr Paulino Ribeiro Lima, Laurete Martins Alcântara Sato e João Queiroz, diretores do Senge, como delegados para representarem o Estado em Brasília.

Para Nilo Sérgio Gomes, presidente do Senge MG, a Conferência das Cidades é um espaço muito importante para o debate de questões contemporâneas, como saneamento, energia e água. "Acredito que momentos como esse são uma grande oportunidade para que se possa fazer reflexões profundas sobre a questão urbana brasileira e das cidades mineiras que, como em todas as cidades do Brasil, estão repletas de problemas. Muitos deles frutos da exclusão territo-

rial, consequência da exclusão social e da péssima distribuição de renda do país", disse.

Nilo Sérgio destaca, ainda, que o papel do Senge na Conferência Nacional das Cidades será o de "defender uma política nacional que realmente efetive uma reforma urbana que apresente uma solução para os problemas enfrentados nos centros urbanos, como a falta de saneamento, habitação e transporte público".

Objetivos

O evento, organizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, reuniu representantes de 305 municípios e de 180 movimentos populares, além de entidades sindicais, empresários,

organizações não-governamentais, administradores públicos e entidades de pesquisa.

Foram discutidos temas como as intervenções urbanas e a desigualdade sócio-territorial, a criação de cidades mais democráticas, sustentáveis e justas e a elaboração de políticas setoriais e atuação conjunta das esferas de governo. O principal objetivo da realização das Conferências é identificar os problemas enfrentados pelos espaços urbanos nas áreas de saneamento, habitação, meio ambiente, trânsito e transporte. Além disso, o encontro é uma oportunidade para promover o diálogo entre o governo e a população e para estimular a mobilização da sociedade frente aos problemas enfrentados pelas cidades.

Senge participa do Conselho Estadual de Desenvolvimento

Durante a 3ª Conferência Estadual das Cidades de Minas Gerais foram eleitos os 25 integrantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. O presidente do Senge Minas Gerais, Nilo Sérgio Gomes fará parte do Conselho no período de 2008 a 2011. "Ser integrante do Conselho significa uma oportunidade para que o Senge Minas Gerais possa participar e trocar experiências principalmente com o movimento popular no que diz respeito às propostas relativas ao déficit habitacional, ao saneamento, à mobilidade e ao transporte", afirmou Nilo Sérgio.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano e Política Urbana foi criado pela Lei Delegada nº 119 de 27 de janeiro de 2007 e

faz parte da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru). Tem atuação importante no processo de institucionalização de uma política de desenvolvimento urbano-regional participativa no Governo do Estado.

O Conselho é consultivo e deliberativo e cabe a ele, entre outras funções, recomendar programas, instrumentos, normas e prioridades da Política Estadual de Desenvolvimento Regional e Urbano. Também compete ao Conselho propor diretrizes para ações de fiscalização de loteamentos irregulares ou clandestinos e incentivar a criação, a estruturação e o fortalecimento de conselhos municipais afetos à política de desenvolvimento urbano.



REESTATIZAÇÃO DA CVRD: Um sonho de milhões de brasileiros

A Companhia Vale do Rio Doce deve voltar para as mãos do Estado brasileiro. Esse foi o resultado do plebiscito popular da campanha A Vale é Nossa. Foram mais de três milhões e quatrocentos mil votos em todo o país, dos quais 94,5% se posicionaram contra a permanência da mineradora sob o controle do capital privado.

Participaram do movimento entidades como a CUT, a UNE, o MST e a Intersindical. O Senge apoiou a realização do plebiscito por entender que o fórum era apropriado para que a categoria pudesse manifestar a sua opinião.

Foram 24.075 urnas espalhadas por 3.157 cidades brasileiras e 104.592 voluntários diretos que trabalharam na organização do plebiscito. O estado que mais conseguiu votos foi São Paulo, com mais de 940.000, seguido por Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, e Pará, com mais de 200.000 votos. Rio de Janeiro, Paraná, Ceará e Mato Grosso conseguiram, em média, 100.000 votos. A mudança de postura na administração da empresa e a situação em que se encontram os trabalhadores atualmente podem ter contribuído para o resultado da consulta popular.

Conseqüências

Aumento dos lucros de um lado e maior cobrança por produtividade e desvalorização dos salários de outro. Estes foram dois desdobramentos da privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), feita em 1997 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O valor de mercado da Vale do Rio Doce, hoje, é de R\$ 115 bilhões, dez vezes mais do que valia quando foi privatizada. Porém, a remuneração fixa dos trabalhadores teve uma diminuição de 55% entre 1997 e 2007.

Os dois resultados são conseqüências da política administrativa da empresa após a venda para o capital privado. "Com a privatização ocorreu maior liberdade para investimentos e administração, com o foco na rentabilidade do negócio. Os investimentos de média lucratividade foram descartados para a procura de melhores aplicações, tudo em busca de maior remuneração para o acionista", explica Eustáquio Pires, diretor do Senge Minas Gerais.

Desde 2000, a CVRD adquiriu 16



Para Eustáquio Pires, privatização trouxe prejuízo para os trabalhadores

empresas tanto no Brasil quanto no exterior. Em 2006 desembolsou 13 bilhões de dólares na compra da empresa canadense Inco, realizando o maior negócio feito por uma empresa latino-americana. A situação dos trabalhadores, no entanto, não acompanhou o crescimento econômico e institucional da Vale. Os salários fixos foram desvalorizados

em mais de 50% nos últimos dez anos enquanto as remunerações variáveis cresceram, em decorrência do aumento da lucratividade da empresa. De acordo com Eustáquio, a remuneração variável representa maior volume de dinheiro no bolso dos trabalhadores ativos, porém, não beneficia

a todos os empregados. "A remuneração variável é negativa em outra fase da vida, porque aponta para uma queda de padrão na aposentadoria, férias e depósito do FGTS, com reflexo, inclusive, na aquisição de casa própria", alerta.

A CVRD investiu em Tecnologia da Informação e otimizou suas funções administrativas, possibilitando a eliminação de papéis e diminuição no tempo de comunicação com o uso de computadores. As fono

e vídeo conferências foram incorporadas à rotina da empresa, assim como as viagens aéreas. No entanto, segundo Eustáquio Pires, não existe, na Vale privatizada, um Plano de Cargos e Salários, nem ascensão funcional por trabalho realizado. Também não há relação entre tempo de serviço e progressão de cargo dentro da companhia e apenas a remuneração variável tem uma parte vinculada à produtividade.

Além disso, é grande a rotatividade de empregados devido à falta de um plano de carreiras e é exigido cada vez mais do tempo dos trabalhadores, tanto dentro quanto fora da empresa, para que as metas possam ser alcançadas. "A companhia propaga que o que é bom para ela, é bom para o Brasil pela geração de impostos e empregos. Entretanto, nem tudo que é bom para o Brasil é bom para a Vale. A busca contínua por maiores lucros distancia a Vale das ações sociais", conclui Eustáquio.

Categoria aprova acordo coletivo

Após um processo conturbado de negociações, os engenheiros da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) aprovaram, em assembléia no dia 31 de outubro, a contra-proposta feita pela empresa. Participaram da decisão 63 engenheiros, dos quais três rejeitaram as propostas da companhia. O acordo coletivo foi assinado no dia nove de novembro, em reunião na sede do Senge Minas Gerais. Entre as propostas está o aumento do tempo de vigência do acordo, que passa de um para dois anos, e um reajuste salarial de 7% para 2007 e 2008. Além disso, prevê o pagamento de um abono em duas parcelas de R\$1.200. A primeira será paga dez dias depois da assinatura do acordo e a segunda na data-base de 2008.

A maior vitória para os trabalhadores da companhia, porém, não diz respeito a conquistas econômicas. De acordo com Eustáquio Pires dos Santos, secretário do Senge e responsável pela negociação com a Vale, o maior ganho foi com o aumento da segurança nas viagens rodoviárias. Diante do péssimo estado das rodovias brasileiras, uma das principais preocupações dos fun-

cionários da empresa são os acidentes automobilísticos. Assim, foi encaminhada para a CVRD uma proposta para abolir viagens noturnas, aumentar o treinamento em direção defensiva e instalar *airbags* em todos os veículos. A Vale, em um ato surpreendente, acatou as propostas mesmo sem assumir um compromisso oficial e hoje as mudanças já estão sendo implantadas.

É importante lembrar que a contra-proposta da Vale ainda não foi aprovada por todos os sindicatos

envolvidos nas negociações. O Sindifer de Itabira e de Inconfidência não fecharam acordo e, por isso, foi encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho um pedido de protesto judicial, que foi aceito pelo ministro Rider de Brito. A ferramenta jurídica preserva a data-base no dia 1º de novembro e a estende por mais 30 dias, garantindo os direitos do acordo atual. Assim, as negociações entre a empresa e os sindicatos que não aprovaram a proposta podem ser retomadas.



Voto secreto aprovou proposta de acordo da Vale do Rio Doce